

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 51ª REUNIÃO**

5 Data: 12 e 13 de setembro de 2006

6 Locais: Miniauditório da SRH, Brasília/DF.

8 PARTICIPANTES CTPOAR:

- 9** ■ Ministério das Cidades: Soraia Fucina Amaral (soraia.amaral@cidadess.gov.br)
- 10** ■ Ministério da Integração Nacional: José Luiz Miranda de Almeida
11 (joseluizmiranda@yahoo.com.br)
- 12** ■ Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luciano Meneses Cardoso da Silva
13 (lmeneses@ana.gov.br)
- 14** ■ Ministério do Meio Ambiente - SRH: Roberto Alves Monteiro
15 (roberto.monteiro@mme.gov.br)
- 16** ■ Ministério das Minas e Energia: Helder Naves Torres (helder.torres@mme.gov.br)
- 17** ■ Ministério da Saúde: ausente
- 18** ■ Conselhos Estaduais MG/ES: Célia Maria Brandão Fróes (celia.froes@igam.mg.gov.br)
- 19** ■ Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- 20** ■ Conselhos Estaduais CE/BA: Altamirano Vaz Lordello Neto (alordelo@srh.ba.gov.br)
- 21** ■ Conselhos Estaduais PB/PE: Maria Lorenzta P. Leite (lorenzta@sectma.pe.gov.br)
- 22** ■ Conselhos Estaduais RN/AL: Josimar Alves de Oliveira (josimar@rn.gov.br)
- 23** ■ Conselhos Estaduais PI/SE: João Carlos Santos da Rocha (jcsdr@uol.com.br)
- 24** ■ Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: ausente
- 25** ■ Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:
26 Erivelto Luiz Silveira – (eriveltols@sanepar.com.br)
- 27** ■ Indústria: ausente
- 28** ■ Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: ausente
- 29** ■ Organizações não Governamentais: João Clímaco Soares de Mendonça Filho
30 (climaco@uai.com.br)

32 CONVIDADOS:

- 33** ■ Célia Regina Buono Paus Poeta – SMA/SP – (celiap@cetesb.sp.gov.br)
- 34** ■ Dário Moraes de Almeida – DNPM/SC – (dario.almeida@dnpm.gov.br)
- 35** ■ Diógenes Mortari – ADASA/DF – (diogenes.mortari@adasa.df.gov.br)
- 36** ■ Fernando Ramos Mendes – MME – (fernando.mendes@mme.gov.br)
- 37** ■ François Martins – PATRI – (francois.martins@patri.com.br)
- 38** ■ Gabriela Rocha Vieira de Souza – Elabore – (gabriela.rocha@elabore.com.br)
- 39** ■ Marcelo Garcia Miranda Diniz – IEMA/ES – (mdiniz@iema.es.gov.br)
- 40** ■ Pedro Henrique Lucena Oliveira – Elabore – (pedro.oliveira@elabore.com.br)

42 RELATORIA CTPOAR:

- 43** ■ Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

45 ASSUNTOS DISCUTIDOS:

46 Às 10h do dia 12 de setembro do ano de dois mil e seis, sob a presidência da Sra. Leila de
47 Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 51ª Reunião da Câmara Técnica de
48 Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do
49 Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A presidente da CTPOAR agradeceu a
50 presença, e passou diretamente para o item 2 da pauta. *Item 2 - Aprovação das Atas da 50ª*

51 *Reunião da CTPOAR*. A ata foi aprovada com modificações. Durante a sua leitura, os
52 membros da CTPOAR comentaram sobre o andamento do PL 1616 na Câmara dos
53 Deputados, encontrando-se parado, o que levou a conclusão da necessidade de um outro PL
54 para que as sugestões colocadas na CTPOAR para o aprimoramento da Lei nº 9.433/1997,
55 fossem acatadas. *Item 3 - Conclusão da proposta de Resolução que estabelece diretrizes de*
56 *articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de recursos*
57 *hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental*. Para a discussão a Sra. Leila
58 (CERH/SP) sugeriu como metodologia a leitura de todo o texto seguido de comentários, o que
59 foi acatado por todos. A Sra. Leila (CERH/SP) no início da leitura da proposta de resolução,
60 fez menção ao uso da expressão outorga de direito de uso de recursos hídricos, conforme
61 indicação da CTIL, pois a expressão outorga de recursos hídricos, em sua forma genérica não
62 poderia ser utilizada apesar de ser a mais correta e que esta situação seria corrigida no PL
63 1616, tornando o entendimento mais claro. Sobre a questão, o Sr. João Carlos (CERH/SE)
64 questionou sobre a forma de se trabalhar a questão já que o PL 1616 estaria parado. A Sra.
65 Leila (CERH/SP) ratificou a necessidade de um novo PL, ou outras formas ainda não
66 ponderadas. Questionaram a citação das resoluções do CONAMA nos considerandos da
67 proposta de resolução. O Sr. Helder (MME) colocou sobre o uso da expressão genérica
68 (outorga) em várias resoluções do CONAMA e por isso acreditaria no uso dessa expressão
69 sem prejuízo técnico e jurídico. A Sra. Célia (CERH/MG) sugeriu que fosse mantida somente
70 a citação da Resolução CONAMA nº 237/97 nos considerandos da proposta de resolução. O
71 Sr. Luciano (ANA/MMA) citou a Resolução CNRH nº 16/2001 quanto a confusão do uso das
72 expressões e a necessidade deste documento estar citado nos considerandos por estabelecer
73 critérios gerais de outorga de direito de uso de recursos hídricos. Diante dos comentários
74 acordaram pela inserção de mais um considerando na proposta de resolução, com a seguinte
75 redação: *Considerando a lei 9433/1997 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos*
76 *que em seu inciso III art. 3º define a busca da integração da gestão de recursos hídricos*
77 *com a gestão ambiental como diretriz geral da Política e a Resolução CNRH nº 16, de 08 de*
78 *maio de 2001, que estabelece critérios de outorga de direito de uso de recursos hídricos*. A
79 Sra. Célia Poeta (SMA/SP) sugeriu que todos os itens referentes a recursos hídricos fossem
80 anteriores aos itens referentes ao meio ambiente. Nesse momento foi iniciada uma discussão
81 sobre o uso dos termos usuário ou interessado ou empreendedor, tema este amplamente
82 discutido a última reunião da câmara técnica. O Sr. Altamirano (CERH/BA) sugeriu a
83 utilização do termo usuário, o que ficaria compatível com a legislação estadual. O Sr. Helder
84 (MME), já defendeu o uso de interessado ou empreendedor. A Sra. Leila (CERH/SP)
85 comentou que em SP utiliza-se usuário ou requerente, e que este último estaria também na
86 Resolução CNRH nº 16/2001. A Sra. Célia (CERH/MG) comentou que em Minas Gerais
87 utiliza-se requerente ou empreendedor. O Sr. Roberto (SRH/MMA) disse que a CT não
88 estaria criando uma nova categoria, seria somente o aspecto lingüístico, uma norma de
89 associação, e deu seu voto para o uso de interessado. A Sra. Raquel (SRH/MMA) leu a ata da
90 última reunião entre as linhas 174 à 183, dando ênfase no encaminhamento deste ponto sendo
91 a utilização dos dois termos, empreendedor/interessado. Assim todos novamente acataram a
92 utilização dos dois termos. Aproveitando a presença de representantes de várias autoridades
93 outorgantes o Sr. Altamirano (CERH/BA) questionou-os quanto a outorga de direito de uso de
94 recursos hídricos em área de Mata Atlântica não desmatada e quais condicionantes a serem
95 colocadas, além da forma de trabalhar em conjunto com o órgão ambiental. A Sra. Célia
96 (CERH/MG), comentou que o caso se aplica ao de outorga em Unidades de Conservação,
97 sendo o procedimento adotado pelo o IGAM o de enviar Ofício ao órgão ambiental
98 manifestando o uso, mas a análise deveria estar atrelada. O Sr. Roberto (SRH/MMA) lembrou
99 a todos que a licença ambiental depende da outorga, conforme preconizado pela Resolução
100 CONAMA nº 237/1997. O Sr. Helder (MME) apontou a necessidade de se rebater logo essa

101situação, para que o Ministério Público não se envolva retardando as licenças, conforme vem
102ocorrendo. Lembrou que a Resolução CONAMA nº 237/1997 não define a fase do
103licenciamento ambiental em que a outorga deve ser fornecida, subtendendo ser na LP, fase em
104que se verifica a viabilidade do empreendimento. Como acredita que todos os procedimentos
105devem ser claros em todas as instituições envolvidas, o que não foi obtido com a Resolução
106CONAMA nº 237/97, acenou sobre a necessidade de se ter uma resolução de diretrizes de
107articulação, espelho, sendo publicada pelo CONAMA no âmbito do Sistema de Meio
108Ambiente, o que fortaleceria a sua aplicação. O Sr. Roberto (SRH/MMA) comentou que essa
109ação seria simples e elementar e lembrou que a idéia da resolução espelho não prosperou na
110origem. Mencionou que a Resolução CONAMA nº 237/1997 definiu tempos e movimentos
111do licenciamento ambiental, estando tudo lógico até que na Lei nº 9433/1997 foi inserida a
112necessidade de outorga para lançamento de efluentes, o que exige a plena articulação entre
113os órgãos de meio ambiente e recursos hídricos, sendo esta uma das justificativas para a
114elaboração da resolução em questão e que nada impediria uma resolução espelho. O Sr. João
115Carlos (CERH/SE) ponderou sobre o aspecto facultativo da manifestação prévia, o que
116dificultaria a sua aplicação na íntegra, o Sr. Roberto (SRH/MMA) lembrou que essa seria uma
117opção do empreendedor, podendo solicitar a outorga diretamente e a Sra. Leila (CERH/SP)
118complementou que a manifestação prévia apresentaria a disponibilidade de água, facilitando a
119análise de viabilidade do empreendimento, que os estados que não possuísem a manifestação
120prévia em suas leis não ficariam obrigados a fazê-lo, sendo somente obrigatória a outorga de
121direito de uso de recursos hídricos na LI e demonstrou que o usuário poderia solicitar a LP
122sem ter a outorga, mas não garantindo a sua licença. O Sr. João Clímaco (ONGs) disse ter
123muita vontade de contribuir por acreditar que o Sistema pode ser melhorado por não estar
124100% fechado. Parabenizou o trabalho da Câmara quanto essa resolução, mas solicitou vistas
125da matéria, contudo foi informado de que o regimento interno do CNRH não prevê a figura de
126pedido de vista em Câmara Técnica e que mesmo que fosse na Plenária do CNRH o pedido
127não seria aceito, pois já ocorrera. Assim questionou como seria forma dos comitês estarem
128envolvidos na articulação entre os órgãos de recursos hídricos e de meio ambiente, no caso
129sem aumentar a burocracia, mas fortalecendo o papel do comitê quanto as outorgas e que a
130resolução estaria carente do fortalecimento desses comitês. A Sra. Leila (CERH/SP) informou
131que todas as resoluções citam direta ou indiretamente os comitês, devendo sempre fazer isso
132para o seu fortalecimento, mas que nesse caso não caberia um artigo explícito para comitês
133considerando a história dessa resolução, mas que os comitês estariam atendidos através da
134atuação no CNRH além dos critérios de outorga que o comitê é responsável. Elucidou que a
135proposta em questão seria específica para os dois sistemas de um modo geral, não cabendo
136especificidades sobre os demais integrantes do SINGREH. O Sr. João Clímaco (ONGs)
137indicou que sua solicitação demonstraria a preocupação com a informação, não sendo
138somente de contato e sim de minimizar o desnível de conhecimento entre as instituições. A
139Sra. Leila (CERH/SP) tentou esclarecer lendo na Resolução CNRH nº 16, que trata de
140outorga, onde estariam presentes os comitês, no caso através dos planos de bacia. O Sr.
141Helder (MME) comentou ser muito interessante que todas as outorgas definidas fossem
142informadas, que desde 2001 o assunto de articulação vem sendo tratado e que não seria nada
143mais que ações de órgãos de comando e controle junto a gestão de recursos hídricos e meio
144ambiente, sendo uma idéia simples, cujo objetivo maior seria de comunicação entre esses
145órgãos, não cabendo assim nessa resolução, a articulação com os comitês de bacia. A Sra.
146Leila (CERH/SP) enfatizou que em todas as resoluções onde cabiam os comitês esses foram
147inseridos, mas que essa proposta de tempos e movimentos dos Sistemas não se aplicaria a
148essas entidades. A Sra. Célia Poeta (SMA/SP) comentou que essa resolução teria o intuito de
149promover o início de uma articulação registrando os tempos e os movimentos, tendo a
150intenção associar e os comitês estariam contemplados e impositivos nos planos de bacia

151hidrográfica. O Sr. Roberto (SRH/MMA) ressaltou que o objetivo seria específico de atos
152administrativo, buscando os tempos e os movimentos, mas que conhecer as outorgas, as
153demandas, a cobrança seria uma exigência para a elaboração do plano, pelo comitê. Falou que
154olhando todas as resoluções já publicadas todas perpassariam os comitês de bacia que é a
155principal figura do SINGREH. O Sr. João Clímaco (ONGs) insistiu que sua proposta não iria
156desviar o objetivo da proposta de resolução e que esta estaria apoiada na construção do
157Sistema que não se encontra concluído. A Sra. Lorenzza (CERH/PE) questionou em que
158momento o comitê entraria na articulação. O Sr. João Carlos (CERH/SE) afirmou que o
159comitê estaria implícito na articulação entre os órgãos e entidades do SINGREH. O Sr.
160Roberto (SRH/MMA) comentou que a matéria estaria coberta no texto da proposta de
161resolução e que não poderia ser diferente. O Sr. João Clímaco (ONGs) disse acompanhar a
162muito tempo o CNRH e apesar de não estar satisfeito pela sua proposta não ter sido
163contemplada, solicitou o entendimento de sua ansiedade e que jamais gostaria de ser
164interpretado como obstruidor do trabalho e informou que iria levar a proposta de resolução
165aos comitês que encaminhariam sugestões caso houvesse. Concluída a leitura da proposta de
166resolução o Sr. Marcelo (IEMA/ES) questionou sobre a necessidade de uma resolução réplica
167no âmbito do Estado e sobre os usos insignificantes se não caberia aos órgãos de recursos
168hídricos publicar ato administrativo próprio para esses usuários. O Sr. Altamirano
169(CERH/BA) falou ser redundante obrigar o usuário insignificante a solicitar esse ato
170administrativo, afinal são usuários dispensados, conforme a Lei. A Sra. Célia (CERH/MG)
171disse que não prejudicaria e que em MG a certidão de uso insignificante compõe o processo
172de licenciamento. O Sr. Helder (MME) comentou não haver necessidade da outorga para os
173usos insignificantes e que o ideal seria o órgão de meio ambiente consultasse o órgão de
174recursos hídricos quanto ao status desse usuário isso seria uma integração. O Sr. Roberto
175(SRH/MMA) ressaltou a importância de se diminuir a burocracia, para tanto lembrando que o
176uso insignificante seria isento, mas que em áreas de fragilidade ambiental, o órgão licenciador
177deveria comunicar-se com o órgão outorgante. O Sr. Marcelo (IEMA/ES) acenou sobre o
178valor da vazão, considerada insignificante, ser variável, o que vem a dificultar a
179uniformização e a gestão. O Sr. Altamirano (CERH/BA) lembrou que o cadastro de todos os
180usuários seria obrigação do órgão outorgante e não do próprio usuário. A Sra. Célia Poeta
181(SMA/SP) ponderou quanto ao órgão ambiental considerar em suas análises o cadastro de
182usuários do órgão outorgante. A Sra. Leila (CERH/SP) disse que para o Estado de SP existe a
183figura do cadastro de uso insignificante, mas caso esse usuário queira a sua outorga ele pode
184solicitar e que se os órgãos estivessem articulados não necessitaria de nenhum comunicado. O
185Sr. Altamirano (CERH/BA) disse que no Estado da Bahia o usuário insignificante solicita a
186outorga se o órgão ambiental assim definir, sendo este documento uma dispensa de outorga e
187ressaltou a necessidade dos órgãos outorgantes cadastrarem os usuários. Informou que no
188Estado do CE todos os usuários recebem outorga, sendo insignificante ou não. Finalizada a
189discussão a Sra. Leila (CERH/SP) encaminhou a matéria, sendo assim aprovada a proposta de
190resolução (Anexo 1). Nesse momento o Sr. João Clímaco (ONGs) leu sua proposta
191modificativa, incluindo a disponibilização mensal, por correio, das outorgas para os comitês.
192A Sra. Célia (CERH/MG) discordou da proposta encaminhada, apontando a necessidade de
193todos os pedidos de outorgas serem disponibilizados de forma on line, sendo este um trabalho
194de rotina e informou que para Minas Gerais todas as outorgas estariam no site da instituição.
195O Sr. João Clímaco (ONGs) reforçou a necessidade de envio da informação por correio,
196devido a atenção que o comitê daria ao documento. A Sra. Célia Poeta (SMA/SP) questionou
197o que o comitê, em sua rotina, faria com essa informação, pois acredita que esse seria um
198mecanismo somente de envio de papel. O Sr. Roberto (SRH/MMA) disse estar preocupado
199com essa resolução que considera de uma simplicidade monástica, mas “forças ocultas”
200estariam atrapalhando a sua aprovação, assim solicitou que não fosse desfocada, pois essa

201resolução fortaleceria o Sistema além da disponibilidade da informação. O Sr. Altamirano
202(CERH/BA) disse concordar com a idéia da proposta apresentada, mas que não caberia no
203objeto dessa deliberação, pois o comitê não entraria no *timer* dessa articulação. O Sr. João
204Clímaco (ONGs) informou que estaria passando toda a discussão ocorrida para diversas
205entidades, mas que considerando a solicitação do Sr. Roberto estaria retirando sua proposta.
206Ratificou que não estaria preocupado com a eficiência do procedimento e sim com a maior
207participação da sociedade verificando o caráter político e salutar que haveria com o envio da
208informação. A Sra. Leila (CERH/SP) lembrou que ao comitê caberia elaborar o plano e caso
209venham a necessitar das informações essas deveriam estar disponível nos *sites*. A Sra.
210Lorenzza (CERH/PE) comentou que os comitês deveriam saber as informações gerais sobre
211recursos hídricos, ou mesmo busca-las nos *sites*. O Sra. Leila (CERH/SP) concluindo a
212discussão ressaltou a aprovação da proposta de resolução e informou que a deliberação estaria
213sendo encaminhada para a CTIL e a importância da participação na reunião para a defesa da
214matéria, sem alteração no texto. Para o intervalo do almoço foi acordado um período de uma
215hora e meia, das 12h36 às 14h10. A reunião foi retomada a partir do *item 4 - Elaboração e*
216*análise da proposta de moção que recomenda a integração dos sistemas de informação de*
217*recursos hídricos e de meio ambiente e ações para a utilização da Resolução de articulação.*
218A Sra. Leila (CERH/SP) sugeriu a leitura total do texto original da proposta de moção, o que
219foi acatado por todos. Concluída da leitura, a Sra. Lorenzza (CERH/PE) solicitou
220esclarecimento sobre a diferença entre moção e resolução o que foi feito pelo Sr. Roberto. O
221Sr. Helder (MME) sugeriu a inserção Sistema de Informação de Águas Subterrâneas –
222SIAGAS, elaborado e gerido Serviço Geológico do Brasil – Companhia de Pesquisa de
223Recursos Minerais, o que também foi acatado por todos. Finalizada a discussão, a Sra. Leila
224(CERH/SP) encaminhou a matéria para a votação, sendo aprovada, assim encaminhada a
225CTIL juntamente com a proposta de resolução, pois ambas tratariam de mecanismos para a
226integração dos sistemas de gestão de recursos hídricos e meio ambiente (Anexo 2). Ainda
227acordaram pelo envio de sugestões para o aprimoramento do texto da moção, por e-mail. *Item*
2285 - *Apresentação da proposta de revisão da Resolução CNRH nº 12, por representante da*
229*ANA.* Introduzindo o assunto a Sra. Leila (CERH/SP) registrou as sugestões encaminhadas
230pela Sra. Patrícia, em que o tema fosse objeto de discussão no simpósio da ABRH ou a
231criação de um GT, contudo essas sugestões não conflituariam. Ressaltou que a discussão
232sobre o tema deveria ser imediata. O Sr. Roberto (SRH/MMA) disse que para iniciar a
233discussão não seria necessária a mobilização do Brasil inteiro. Nesse momento foi passada a
234palavra ao Sr. Luciano (ANA/MMA) para apresentação sobre a proposta da ANA para a
235revisão da proposta de resolução CNRH nº 12. Iniciou sua apresentação mostrando os
236antecedentes, as raras experiências brasileiras quanto ao enquadramento, os estados que
237realizam enquadramento, os compromissos do país assumidos junto a Conferência Nacional
238do meio Ambiente, sendo esta uma das justificativas para a revisão, as Resoluções do
239CONAMA que tratam do tema; as limitações da Resolução CNRH nº 12, o plano nacional de
240recursos hídricos e o enquadramento, a otimização da implementação do instrumento, a
241criação da possibilidade de execução dos estudos para o enquadramento dos corpos d'água
242por órgãos com competências para a gestão de recursos hídricos e a adequação aos
243normativos da Resolução CONAMA nº 357/2005. Concluída a apresentação a palavra foi
244aberta aos membros da CTPOAR, sendo os comentários iniciados pela Sra. Célia
245(CERH/MG) que mencionou a experiência de MG, onde elaboraram um cruzamento entre as
246Resoluções CONAMA nºs 12 e 357 e aplicaram o resultado na bacia do rio Paracatu.
247Explicou que como na bacia não havia agência de bacia o órgão de recursos hídricos do
248Estado, IGAM, assumiu esse papel e como já existia um plano, elaborado em 1995, este
249sofreu atualizações em seu diagnóstico e adequação para o conteúdo mínimo definido para
250um plano de bacia. Para a disponibilidade hídrica também consideraram o cadastro da

251CODEVASF, nesse momento surgiu a necessidade de enquadramento, para tanto fizeram
252audiências públicas e o resultado foi levado a plenária do comitê. Ressaltou a ausência de
253resistência para o enquadramento por parte dos usuários, considerando sua participação
254expressiva no comitê. Informou que para o trabalho de campo foram gastos dois meses e que
255foi cedido um servidor para a Bacia, no caso sendo do órgão de meio ambiente o que
256evidencia a necessidade de trabalho conjunto entre recursos hídricos e meio ambiente para o
257enquadramento de corpos d'água. Concluindo sugeriu que fosse realizada uma apresentação
258sobre todos esse trabalho na próxima reunião. O Sr. Luciano (ANA) ratificou a necessidade
259de formalizar casos reais de enquadramento, havendo uma carência da prática desse
260instrumento. O Sr. Helder (MME) ponderou sobre a necessidade de uma reflexão a respeito
261das causas que estariam impedindo a execução do enquadramento em nível nacional e
262estadual e informou que a FEAM e o COPAN fizeram enquadramentos. O Sr. Roberto
263(SRH/MMA) disse que para o enquadramento haveria necessidade de planejamento e vontade
264política e que a intenção de revisar a resolução seria para facilitar a sua execução. A Sra. Célia
265(CERH/MG) comentou que o estado de MG estaria trabalhando com metas para esse caso e
266seria uma forma de se implementar esse instrumento. O Sr. Helder (MME) sugeriu a criação
267de um GT para a discussão desse assunto onde seriam apresentadas as idéias de entidades que
268tentaram aplicar esse instrumento, além de um seminário e ressaltou a necessidade de
269representações. O Sr. João Clímaco (ONGs) comentou sobre alguma forma de garantir e
270induzir a finalidade do enquadramento, descartando a influência de empreiteiras. O Sr.
271Roberto (SRH/MMA) disse que a Resolução CONAMA nº 12 e suas aplicações foi
272dificultada pela falta de condição de trabalho (físico e técnico) que as SEMAs não possuíam.
273Comentou sobre o planejamento que ao seu entender a não utilização dessa ferramenta
274revelaria a verdade quanto a capacidade dos órgãos, dessa forma sendo considerada um
275palavrão. Ponderou também sobre a ingenuidade existente nas resoluções do CONAMA (12 e
276357) onde definiu-se que os rios não enquadrados seriam classe 2 acarretando um
277enquadramento sem os estudos da realidade da bacia, causando o seu insucesso. O Sr. João
278Carlos (CERH/SE) informou que o Estado de SE possui seus rios principais enquadrados,
279num total de 6 bacias e que entre 2001-2003 o trabalho foi concluído, mas que não foram
280efetivados, mas adaptados a Resolução CONAMA nº 357/2005, principalmente para os rios
281de água salobras. A Sra. Célia Poeta (SMA/SP) disse concordar com as colocações quanto a
282capacidade de suporte dos órgãos ambientais e para a composição do GT sugeriu a presença
283dos órgãos de recursos hídricos e de meio ambiente. O Sr. Altamirano (CERH/BA) comentou
284sobre os assuntos que estavam sendo discutido na CTPOAR, a outorga de lançamento e
285enquadramento e disse que a outorga de lançamento significaria dinheiro, já o enquadramento
286significaria política, sendo os dois aspectos importantes para os estados e prefeituras e
287concluiu dizendo que o instrumento mais difícil para sua implementação seria o
288enquadramento e não a cobrança como se pensava. O Sr. Helder (MME) lembrou que o
289enquadramento também deveria adequar o interesse dos usuários da bacia, não só as
290características ambientais. Ressaltou a proposta de resolução do CONAMA sobre a
291simplificação do licenciamento de ETES o que seria um grande avanço para as metas de
292enquadramento, reduzindo a capacidade de poluição em 50%, não sendo o percentual ideal,
293mas a possibilidade de um avanço real. A Sra. Célia Poeta (SMA/SP) disse que a Lei de
294Crimes Ambientais e a Resolução CONAMA nº 357/2005 apresentavam um nível muito alto
295de exigências, demonstrando incongruências, pois sem licenciamento uma ETE não poderia
296operar, pois significaria crime ambiental, mas que muitas vezes não foi obtida ou solicitada
297diante das robustas exigências colocadas por essas leis e que a Resolução do CONAMA que
298trata da simplificação do licenciamento para ETES viria para corrigir essa lacuna. Mencionou
299a necessidade de mudança de interesse político objetivando a participação de todos no
300planejamento do uso e ocupação do solo, além dos padrões de emissão e qualidade a serem

301 definidos juntamente com os órgãos de recursos hídricos e meio ambiente. A Sra. Leila
302 (CERH/SP) esclareceu que o CONAMA definiria as classes e o CNRH o enquadramento. O
303 Sr. Roberto (SRH/MMA) lembrou da necessidade de operacionalização via comitê o que
304 demonstraria a vontade da sociedade e viabilidade técnica e econômica, sendo este equilíbrio
305 uma arte, mas os obstáculos para a aplicação do instrumento e essa verificação poderia ser
306 feito no GT. O Sr. Erivelto (Prestadores) comentou que essa seria uma questão política,
307 principalmente ministerial necessitando assim de boa vontade. O Sr. João Clímaco (ONGs)
308 comentou sobre a necessidade de se procurar a integração deste Conselho com o Conselho das
309 Cidades, pois para o enquadramento enfrentaria um alto grau de resistência e isso poderia
310 minimizar o tempo de discussão dessa revisão no CNRH. A Sra. Leila (CERH/SP) ratificou a
311 necessidade da presença dos órgãos de meio ambiente, recursos hídricos e Ministério das
312 Cidades no GT e acatou a sugestão de palestra sobre o enquadramento do rio Paracatu para a
313 1ª reunião do GT que seria de meio período. O Sr. Helder (MME) sugeriu que fosse
314 informado ao CONAMA que este assunto estaria sendo discutido no CNRH e que este fosse
315 um informe a ser passado para a Plenária do CONAMA e também ser informada, por e-mail,
316 a SQA/MMA. Como membros do GT ficaram: MME, IGAM/MG, IEMA/ES, SECPLAN/PE,
317 ANA, MCidades, Prestadores, ADASA, SRH/MMA, MI, SRH/BA e SEPLAN/SE. *Item 6 -*
318 *Assuntos Gerais*. Nesse momento a Sra. Leila (CERH/SP) solicitou o apoio de todos os
319 membros da CTPOAR para a defesa das matérias da CTPOAR na CTIL. O Sr. João Clímaco
320 (ONGs) convidou a todos para a participação no IV Encontro Nacional do Fórum Nacional da
321 Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas, a ser realizado em Brasília, entre os
322 dias 17 e 20 de outubro, cujo tema seria a eficácia dos instrumentos de gestão da política
323 nacional de recursos hídricos para a gestão social das águas. O Sr. Helder (MME) aproveitou
324 para comentar sobre o recebimento do parecer da AGU, encaminhado pelo MME, quanto a
325 questão das águas subterrâneas dizendo estar satisfeito com as colocações apresentadas e
326 confirmou o posicionamento do MME de se ter uma resolução de integração entre o DNPM e
327 os órgãos de recursos hídricos estaduais em busca da integração da gestão das águas minerais
328 e de recursos hídricos, conforme a proposta de resolução que estaria sendo discutida no GT de
329 águas minerais. A Sra. Célia (CERH/MG) comentou sobre a necessidade de conceitos, como
330 transposição, serem normatizados, para auxiliar principalmente o Ministério Público.
331 Finalizando, todos acordaram que o tema a ser discutido na CTPOAR fosse enquadramento,
332 seguido da outorga de lançamento de efluentes alterando assim o planejamento da CTPOAR.
333 A Sra. Leila (CERH/SP) agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 16h28.

334

335 Item 7 – A reunião do GT ocorreu no dia 13/09, das 9h às 16h30, iniciando os trabalhos com
336 a leitura do parecer da AGU. A Sra. Leila (CERH/SP) sugeriu que a próxima reunião somente
337 ocorresse com o recebimento oficial desse documento por parte da CONJUR/MMA, com nota
338 explicativa sobre o mesmo, para que fosse norteado o trabalho do GT e minimizadas as
339 divergências de entendimento, contudo os membros do GT discordaram da proposta
340 solicitando que as reuniões fossem mantidas para o aprimoramento da proposta de resolução
341 que estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão para o aproveitamento das
342 águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários e a gestão
343 de recursos hídricos, assim continuaram a discutir o texto visando a integração da gestão, sem
344 considerar o instrumento outorga.

345

346 Ata aprovada na 52ª reunião, realizada em 16 de outubro de 2006.

347

LEILA DE CARVALHO GOMES
Presidente da CTPOAR

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA
Relatora da CTPOAR

348